

O LIBERALISMO E O MILITARISMO NA ECONOMIA NORTE AMERICANA

Andrea M T. PENNACCHI¹

RESUMO: Os ideais da democracia representativa norte-americana vêm sendo substituídos por um imperialismo autocrático e por uma política ultra-conservadora, apoiados em um gigantesco complexo industrial-militar. A economia norte americana, desgastada com investimentos superlativos em alta tecnologia armamentista, fundamental no processo de manutenção da hegemonia mundial, se debate em crises sucessivas de corrupção interna, fraudes corporativas e falta de confiança no mercado, abalando com isso todo o sistema financeiro mundial. Este estudo pretende avaliar as origens históricas desse processo, apontando algumas causas de caráter político, social e principalmente, econômico, que podem ter criado tal conjuntura.

Palavras-chave: Liberalismo. Militarismo. Democracia.

1 INTRODUÇÃO

A política doméstica e externa praticada nos Estados Unidos pelo Partido Republicano e por seus seguidores adeptos do realismo, foi marcada durante os últimos mandatos presidenciais por uma considerável perda de influência e espaço político do Congresso – órgão até então fundamental no processo de representatividade popular e o mais importante fiscalizador das ações do Executivo. Substituindo-os na formulação de diretrizes políticas, uma elite militarista consolidada nos altos escalões de Washington, tem se aproveitado oportunamente do clima de insegurança internacional causado pelas consequências do neo-liberalismo e, apoiados na falsa sensação de segurança oferecida por Forças

¹ Docente de graduação e pós-graduação das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente; Mestre e Doutoranda em **História e Sociedade** pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis/SP.

Armadas Nacionais extraordinariamente bem equipadas, apropriam-se de poderes sem precedentes na história daquele país.

Os ideais democráticos que sustentaram a república norte-americana ao longo dos últimos séculos vêm sendo gradualmente substituídos por decisões autoritárias e cerceadoras de liberdades individuais, tomadas por uma elite ultra-conservadora que atua nos bastidores do poder. Justificados como essenciais para o sucesso na guerra contra o terrorismo, atos como a Doutrina Bush, a criação do *Homeland Security Office*, a promulgação do *Patriotic Act* e a tentativa de revisão do *Posse Comitatus Act* são praticados cotidianamente, apesar de seu aspecto questionável, sob o ponto de vista da liberdade e da democracia.

O que teria motivado tal cenário e quais seriam as origens de um processo dessa natureza em um país de tradição liberal e democrática como os Estados Unidos? Em respeito à sua importância na manutenção da ordem internacional, este estudo pretende averiguar, sob o ponto de vista histórico, como se formaram as estruturas políticas e principalmente, as econômicas que abriram espaço para que acontecimentos como a fraude da Enron² ou a quebra mercado imobiliário norte-americano perturbassem as bolsas de valores em todo o mundo, afetando economias em todos os cantos do planeta.

2. O NEOLIBERALISMO E O MERCADO NORTE-AMERICANO

Os Estados Unidos já eram beneficiários de uma série de privilégios sociais e econômicos quando o processo de globalização teve início na década de 1990 e quando a política neoliberal foi implantada no país, suas premissas pareciam denotar uma excelente alternativa teórica para que essas vantagens se expandissem ainda mais. Ao longo da última década, no entanto, ao invés do

² A *Enron Corporation* foi uma empresa de energia norte-americana baseada em Houston, Texas. Antes de sua falência, em 2001, ela tinha 21000 empregados e era uma das mais importantes empresas de eletricidade, gás natural, papel e comunicações do mundo, com receitas na ordem de US 11 bilhões (2000). No final de 2001 descobriu-se que suas condições financeiras eram mantidas artificialmente por uma contabilidade criativamente planejada e desde então, ela se tornou um símbolo popular de fraude e corrupção corporativa. O escândalo, envolvendo altos executivos dessa empresa também causou a dissolução da *Arthur Anderson*, uma firma de contabilidade de renome internacional, afetando negócios em todo o mundo

crescimento previsto, as alterações provocadas a médio prazo pelo processo neoliberal na natureza econômica, filosófica, ideológica e cultural do povo norte-americano mostram-se desastrosas.

Uma das razões desse resultado negativo é que hoje, diferentemente do período em que se constituíram como uma república independente da dominação britânica e que eram compostos por uma sociedade quase exclusivamente puritana e coesa, ali estabelecida em busca de novas oportunidades para praticar livremente sua religião ou empreendimentos econômicos, a população norte-americana se transformou numa grande colcha-de-retalhos cultural, misturando em seu cadinho um conjunto de raças e costumes muito distinto do que forjou aqueles primeiros colonos do século XVII.

Os valores morais, políticos, sociais e religiosos dos 'pais fundadores' daquele país foram se mesclando gradualmente com os valores e ideais de povos que compuseram as grandes ondas migratórias que fluíram para o país ao longo dos últimos três séculos e meio, alterando sua essência e diluindo-a. Essa nova geração de norte-americanos, mestiça e bastarda, se comporta em sociedade de forma muito distinta de como se comportavam seus antepassados, quando valores como liberdade e democracia faziam parte obrigatória da ordem do dia. E é por isso que a atuação agressiva e indiferente de seus governantes em relação ao restante do mundo tem respaldo nessa nova postura.

A grande maioria dos cidadãos que vivem atualmente em território americano não se sente mais 'fazendo a América', ou gozando de privilégios oferecidos pela liberdade e pela igualdade entre os homens, mas se mantém em permanente estado de alerta ante os riscos que ameaçam sua segurança pessoal. Assustados e temendo por suas vidas, muitos preferem abandonar os antigos valores do passado e apoiar formas radicais de militarismo expansionista acreditando que com isso, poderão se defender contra as agressões que se multiplicam – interna e externamente - contra a cultura anglo-saxônica.

Diante de um cenário em que se observa uma população outrora livre e progressista tornar-se prisioneira de sua própria liberdade, surge o questionamento: em que ponto da história a Constituição norte-americana, que um dia estabeleceu as bases de uma república burguesa, democrática e representativa

começou a ser publicamente desvirtuada para atender interesses pessoais e corporativos de uma classe militarista que se apossou do poder?

Ao fazer as leis que concretizaram a fundação de um estado liberal e democrático na América do Norte, os primeiros legisladores foram pragmáticos o suficiente para configurá-las de acordo com os interesses econômicos da burguesia que promovera o movimento de independência. Direitos naturais dos cidadãos, tal como liberdade e isonomia, tão alardeados como bandeira revolucionária do movimento separatista foram relegados a um segundo momento na consolidação legal da independência, pois - para atender aos interesses econômicos da burguesia rural - o regime de escravidão que prevalecera no sistema colonial de *plantation* da economia sulista foi mantido até a segunda metade do século seguinte.

“A Constituição era essencialmente um documento econômico baseado no conceito de que os direitos fundamentais de propriedade são anteriores ao governo e moralmente, estão além do alcance da grande maioria popular.”

Afirmou o historiador Charles Beard em controversa obra onde ele faz a interpretação da Constituição dos Estados Unidos. Nesse trabalho, ele explica a guerra civil resultante do choque de interesses do Norte e do Sul daquele país como um conflito dialético entre os ideais agrários de Thomas Jefferson e a visão capitalista de Alexander Hamilton, dois sistemas irreconciliáveis, segundo ele³.

Com a vitória dos *yankees* sobre o sul agrícola, prevaleceu a economia industrial do norte que, impulsionada por uma legislação que beneficiava o capital, tornou-se cada vez mais auto-suficiente na produção de matérias primas e na criação de superávits no plano comercial. À medida que os mercados domésticos se saturavam com a produção nacional, a burguesia passou a pressionar o Estado para que lhes fosse facilitado suporte militar, não apenas para promover uma expansão internacional, como também para defender seus interesses comerciais no exterior. Beard afirma que exportar o excedente econômico e industrial no século 19 – de forma impositiva ou desigual se necessário - tornou-se uma questão fundamental para a manutenção da nova sociedade norte americana, constituída sobre o poder e

3 BEARD, Charles, apud BACEVICH, A. *American Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2002. p. 10 e 11.

os privilégios do capital, e que essa necessidade os levou à prática de um imperialismo econômico diferente do praticado por outras potências industriais como Inglaterra ou França.

Os novos líderes republicanos não aspiravam criar um império no sentido estrito da palavra, pois pacificar, administrar e defender colônias era uma tarefa que, para eles, não valia a relação custo-benefício. Além disso, como imaginar soldados norte-americanos subjugando populações estrangeiras, se sua herança revolucionária e simpatias anti-imperialistas ainda estavam tão fortemente arraigadas? Por uma questão mesmo de coerência ideológica, as políticas de expansão econômica deveriam ser dirigidas para trazer ao país apenas os benefícios - e não encargos - de um império e conseqüentemente, não importava *quem* tinha a posse de um determinado mercado, ou quem era responsável por seu controle administrativo, mas sim *como* forçar a abertura de suas portas para o livre comércio.

Foi John Hay, Secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1899 e 1900, quem inaugurou essa nova estratégia de política externa, nomeada por William Williams como imperialismo de “portas abertas”, uma estratégia clássica de expansão imperial não-colonialista, onde a persuasão política - e não a força das armas - deveria ser utilizada para obter trocas comerciais lucrativas para o país. O que deve ser observado, entretanto, é que as ‘portas’ dos outros países, por uma série de motivos domésticos poderiam não ter interesse em abrir-se comercialmente aos Estados Unidos e, conseqüentemente, poderiam precisar de uma espécie de ‘arrombamento’.

Assim, quando falhasse a diplomacia e houvesse a necessidade de optar por ‘arrombar portas’ no exterior para facilitar o fluxo de sua produção industrial e de seus investimentos de capital, os Estados Unidos precisariam ter uma força militar permanente que pudesse assumir essa tarefa. O grande efeito colateral dessa opção, entretanto, não se fez esperar, afirma Beard (1986). Ao optar por “arrombar portas” para garantir os interesses de sua burguesia indústria no exterior, o Estado também “abriu portas” para que gradualmente, o militarismo e uma elite da indústria da defesa pudessem aumentar sua influência em altos postos do governo e no Pentágono, interferindo em suas decisões e se firmando como um poder à parte.

Economicamente, a expansão comercial norte-americana foi muito bem sucedida. Após a 2ª. Guerra Mundial, principalmente, o dinamismo econômico que havia sido iniciado no século anterior se consolidou de tal forma que transformou os Estados Unidos em uma superpotência com hegemonia política sobre todo o Ocidente e proporcionou à sua população grande prosperidade material. Durante a década de 1970, entretanto, mudanças importantes ocorreram no cenário internacional e novos problemas emergiram, transformando a situação.

A derrota norte-americana na guerra do Vietnã, a 1ª. crise do petróleo – e criação da OPEP – e os movimentos estudantis e sindicais que eclodiram na França em 1968 quebrando o pacto social entre capital, trabalho e Estado que se estabelecera no pós-guerra, colocaram a hegemonia comercial norte-americana em cheque. Com a economia internacional em recessão, ansiosos por sustentar sua posição dominante no mercado internacional e em proteger as estruturas do sistema capitalista que estava sendo colocado contra a parede, os Estados Unidos procuraram incentivar a produção industrial de países que estavam sob sua esfera de influência, principalmente os da Europa e o Japão, criando demanda com a abertura de seus próprios mercados ao exterior e sacrificando parte de sua indústria nacional à concorrência.

As conseqüências foram devastadoras. Em 1960, durante a Era de Ouro do capitalismo e no auge de sua produtividade, por exemplo, os Estados Unidos exportavam US\$ 19,6 milhões em bens e US\$ 6,3 em serviços enquanto importavam US\$ 14,8 milhões e US\$ 7,7, respectivamente, apresentando uma balança comercial positiva de US\$ 2,7 milhões. Em 2004, três décadas pós a abertura dos mercados norte-americanos para bens importados esses números tomaram outras proporções: exportavam US\$ 807.5 milhões em bens e US\$ 343,9 milhões em prestação de serviços, enquanto importavam US\$ 1,5 bilhões e US\$ 296 milhões respectivamente, com uma balança comercial negativa anual de US\$ 668,1 milhões, como demonstra a Tabela I abaixo:

Tabela 1 – Contas Correntes das Transações Internacionais dos Estados Unidos: 1970 - 2004

Contas Correntes	1960		1990		2004	
	US\$ mi	%	US\$ mi	%	US\$ mi	%
Exportação de Bens e Serviços e Receitas Recebidas	30.5	100.0	706,9	100.0	1,530,9	100.0
Exportação de Bens	19.6	64.2	387,4	54.8	807,5	52.7
Exportação de Serviços	6.3	20.7	147,8	20.9	343,9	22.5
Receita de assets no Exterior	4.6	15.1	171,7	24.3	379,5	24.8
Importação de Bens e Serviços e Receitas Pagas	(23.7)	100.0	(759,2)	100.0	(2,118,1)	100.0
Importação de Bens	(14.8)	62.4	(498,4)	65.6	(1,472,9)	69.5
Importação de Serviços	(7.7)	32.5	(117,6)	15.5	(296,1)	14.0
Pagamento de assets no Exterior	(1.2)	5.1	(143,2)	18.9	(349,1)	16.5
Transferencias unilaterais	(4,1)	-	(26,6)	-	(80,9)	-
Resultado da Balança Comercial	2,7	-	(84,9)	-	(668,1)	-

Fonte: Bureau of Economic Analysis. US International Transaction Account Data – Table 1: 15/12/2005. Disponível em <http://www.bea.gov/bea/di/table1.xls>. Acesso em jan.2005

Os números acima denotam claramente que a decisão política de “abrir portas” à produção e estrangeira para dinamizar o mercado e conter o avanço socialista, teve como consequência a inversão do processo que levava os Estados Unidos à hegemonia mundial. De grandes produtores que foram, provendo mercadorias e capitais para todo o planeta, transformaram-se num grande mercado de consumo. Alarmado com o déficit comercial que começou a se acelerar a partir dos últimos anos da década de 1980, o governo norte-americano passou a adotar uma série de medidas de contenção. A necessidade de financiar o consumo interno e equilibrar suas balança comercial o levou a atrair capitais externos de volume equivalente ao das importações e com isso, intensificou um movimento de globalização financeira que iria afetar todo o mundo, mas principalmente, aos países em desenvolvimento.

Como a economia dos Estados Unidos estava em melhor forma para atrair o capital excedente de outros mercados por causa de sua poderosa força militar e por seu enorme volume inicial de capitalização, oferecendo maiores condições de segurança aos investidores, estes, sempre preferindo colocar seu dinheiro em mercados seguros e lucrativos, passaram a aplicá-lo em grande escala na economia norte-americana e não em mercados da América Latina ou de outros países do Terceiro Mundo, que necessitavam desesperadamente desses recursos para recuperara suas economia combalidas pelas crises do petróleo e do dólar - e retomar o crescimento.

É por esse motivo que as transações internacionais financeiras também acompanharam a tendência apresentada na Tabela I, com fluxo muito maior de capitais entrando no grande mercado norte-americano, do que saindo. Apesar dos investimentos dos Estados Unidos no exterior terem crescido 953% logo após a queda da União Soviética em relação aos números de 1970, os investimentos estrangeiros no país durante o mesmo período foram maiores, crescendo cerca de 1.200%. Esses números evidenciavam a atratividade do país para os investidores estrangeiro e o novo rumo tomado pelos recursos internacionais que anteriormente eram investidos nos países em desenvolvimento, mas como pode ser observado na Tabela II, apesar do fluxo financeiro ser constante e crescente, o consumo desenfreado de bens importados e a fraca produtividade física do país não permitiram que esses recursos combatessem efetivamente o débito comercial do governo e equilibrasse suas contas.

Tabela II – Contas Financeiras das Transações Internacionais nos Estados Unidos: 1970 – 2004

Contas Financeiras	1970	1990	2000	2001	2004
	US\$ mi	US\$ mi	US\$ mil	US\$ mi	US\$ mi
Assests dos Estados Unidos no Exterior	(8,5)	(81,2)	(560,2)	(382,6)	(855,5)
Assests estrangeiros nos Estados Unidos	6,4	110,8	1.048,9	782,8	1,440,1
Balanco	(2,2)	29,6	488,7	400,2	584,6

Fonte: Bureau of Economic Analysis. US International Transaction Account Data – Table 1: 15/12/2005

Em 2001, a retração econômica e o ato terrorista do 11 de setembro promoveram a queda do volume das ações movimentadas em Wall Street e a fuga de capitais estrangeiros causada pelo pânico ao ato terrorista do 11 de setembro abalaram a estrutura já fragilizada da economia norte-americana, desestabilizando ainda mais sua balança comercial e provocando recessão alguns em setores que ainda apresentavam produtividade.

Em outras palavras, o resultado negativo da política de “portas abertas” para um país produtivo como os Estados Unidos pode ser observado através de suas principais consequências:

1) promoveu inicialmente o aumento do PIB, mas também aumentou o consumo interno de produtos importados e

2) aumentou o deficit da balança comercial, ampliando os números da dívida externa e arruinando vários setores da industria nacional.

Para melhor exemplificar o exposto acima, o Gráfico I indica a evolução do PIB entre 1930 e 2002 e demonstra um crescimento lento e constante da renda nacional até 1970, quando seu valor atinge US\$ 1,0 trilhão. A partir daí, os números passam a evoluir geometricamente, até chegar ao valor de US\$ 11,6 trilhões em janeiro de 2006.

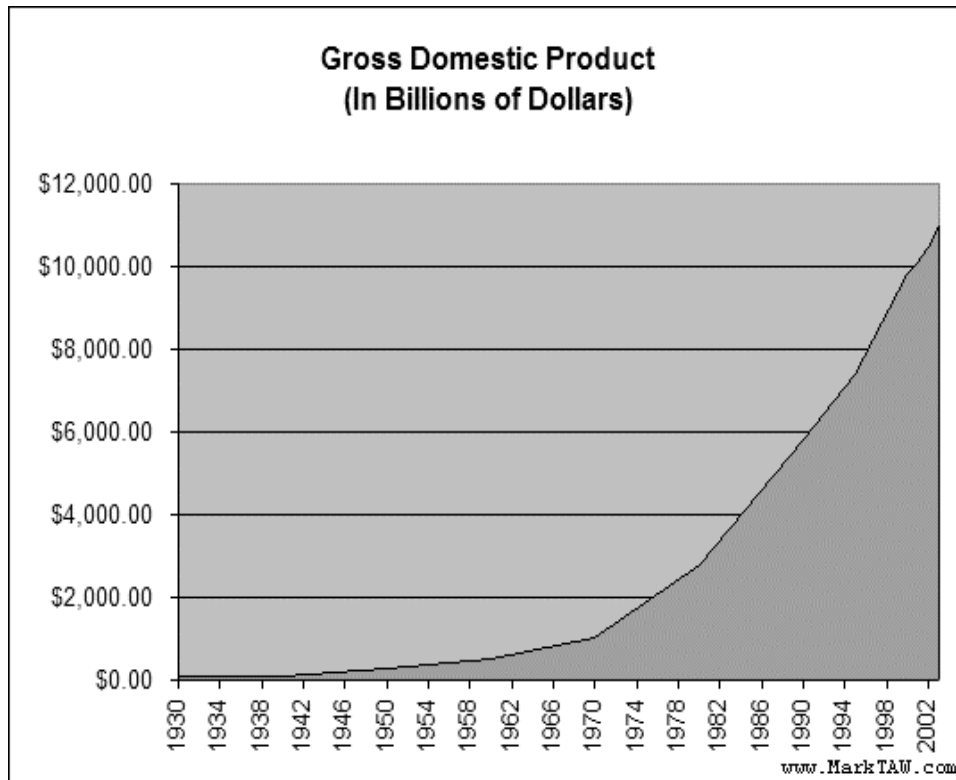


Gráfico I – PIB dos Estados Unidos: 1930 a 2002⁴

Enquanto o PIB crescia onze vezes no período, o débito fiscal - que era de US\$ 389 bilhões em 1970 - passou a ser de US\$ 7,4 trilhões em 2004, ou seja, dezanove vezes maior, demonstrando que a economia apresenta maior divórcio do que crescimento, como pode ser observado no Gráfico II, abaixo:

⁴ Financial Forecast Center. Disponível em <http://www.forecasts.org/index.htm>. Acesso em 17/01/2006.

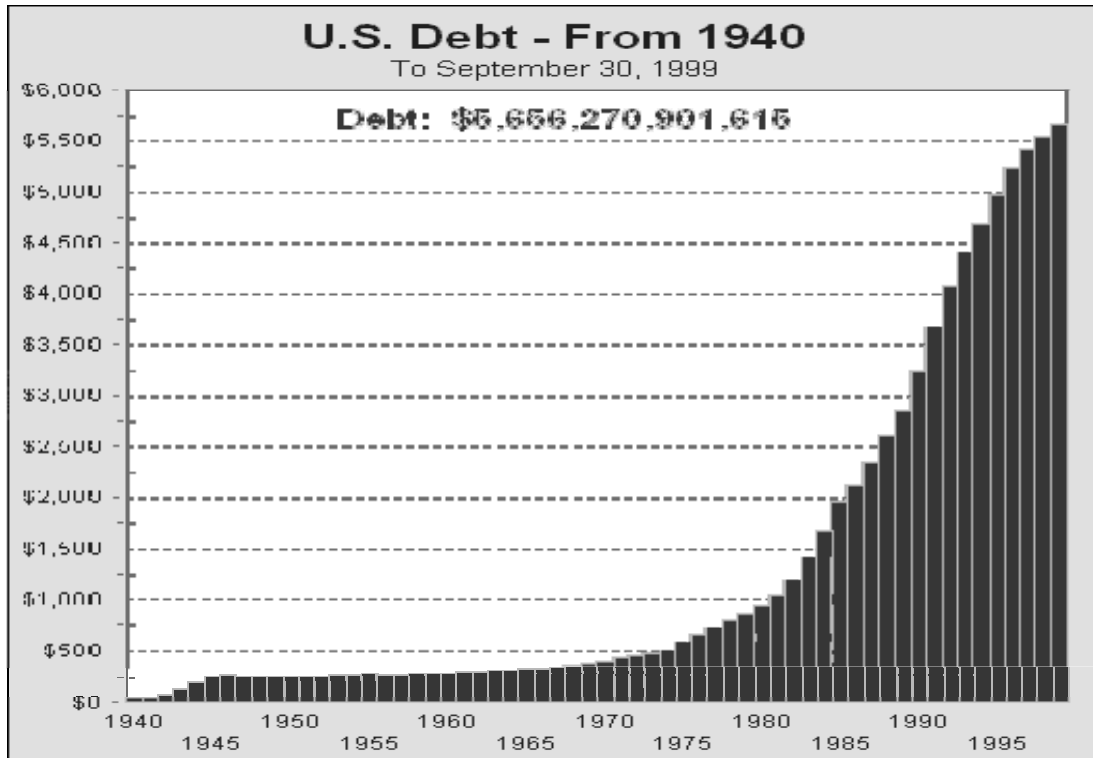


Gráfico II – Débito Fiscal dos Estados Unidos: 1940-1999⁵

A plutocracia norte americana que ascendeu e se consolidou no poder após a queda da União Soviética e que instaurou um sistema de vida a crédito aos consumidores e ao país, é muito distinta da liderança social-democrata dos anos 1950-70, partidária da democracia de massa, da liberdade de expressão, da ampliação dos direitos sociais e da luta pelos direitos civis. Essa guinada em termos de liderança se manifesta principalmente na perseguição de novos objetivos políticos e econômicos para o país. A crise do petróleo em 1973 e a formação da OPEP como órgão regulador do produto despertou nos norte-americanos uma preocupação muito maior em controlar as reservas energéticas do distante Oriente Médio do que em estreitar relações com sua própria vizinhança continental.

Por que eles fizeram essa escolha? Na verdade, essa prioridade não se deve apenas à importância do petróleo para o funcionamento do parque industrial norte-americano, porque o país depende relativamente pouco daquela região, como se pode observar pela Tabela 3.

⁵ Fonte: <http://www.bea.gov/bea/di/home/iip.htm>

Tabela 3 – EUA: importações de petróleo (2001-2005)

Exportadores	2001	2005
Oriente Médio	27.3%	17.5%
África e Ásia	13.7%	19.9%
América do Norte	28.0%	28.4%
- Canadá	13.8%	16.1%
- México	14.2%	12.3%
América Central e do Sul	16.8%	21.1%
Outros	14.2%	13.1%

Fonte: British Petroleum. “*Inter-Area Movements 2005 Report*”. Disponível em http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/publications/energy_reviews_2006/STAGING/local_assets/downloads/spreadsheets/statistical_review_full_report_workbook_2006.xls#Oil - Inter-area movements !A1. Acesso em julho 2006.

O grande fornecedor externo de recursos energéticos para os Estados Unidos, entretanto, é a América, com cerca 44.8% do consumo total, que somados à produção norte-americana atingem quase 70%. Canadá (13,8%), México (14,2%) e Venezuela (14,8%) lideram o ranking continental, que é completado por mais 2% de participação das Antilhas Holandesas, Equador, Peru e Trinidad Tobago⁶.

Porque então essa obsessão pelo controle do Oriente Médio, que levou Washington a se afastar das preocupações e do crescimento dos países que circulavam em sua vizinhança na América Latina e que, não apenas se constituíam como um amplo mercado de trocas eventualmente mais competitivo para sua produção manufatureira, como também ansiava desesperadamente por capitais excedentes para se modernizar? Essa obsessão com o Oriente Média tem fortes razões políticas: os demais países industriais na Europa e na Ásia não eram auto-suficientes em energia fóssil como os Estados Unidos e dependiam dos recursos energéticos daquela região. Europa e Japão não têm tampouco o acesso ilimitado que os Estados Unidos têm sobre as reservas da América.

Ou seja, para os norte-americanos, controlar a energia no Oriente seria o mesmo que controlar a energia do mundo e mais especificamente, dos dois polos produtivos e superavitários que sustentavam seu consumismo e que poderiam denunciá-lo quando esse mercado ficasse demasiadamente inseguro.

⁶ TODD, Emmanuel, apud Census.

A estratégia energética dos EUA certamente apresenta uma certa lógica. O problema é que para poder continuar exercendo controle estratégico sobre uma região do mundo tão distante e para dispor de meios para continuar impondo ao capital internacional a manutenção de uma estrutura econômica cada vez mais deficitária, os Estados Unidos precisavam de um ostensivo aparato militar - que não apenas conquistasse os espaços físicos necessários para sua estratégia política - mas que se estabelecesse neles militarmente com forças incontestáveis.

E foi justamente a necessidade desse aparato militar ostensivo que fortaleceu o militarismo e abriu espaço para que suas lideranças se instalassem nos bastidores do poder pois nada poderia agradar mais à direita ultraconservadora e ao setor interno voltado para a produção de armamentos de defesa, do que a perseguição desse objetivo.

3 Conclusões

A estratégia adotada pelos Estados Unidos ao tentar controlar a principal fonte de recursos energéticos mundiais, fortalecendo o poder de suas forças armadas e ampliando os orçamentos dedicados à sua manutenção em um mundo relativamente pacífico, começou a se acentuar principalmente após 1996, com a constatação de que o desmoronamento da União Soviética era definitivo e que a Rússia, enfraquecida ideológica e economicamente, não tinha condições miliares de lhe fazer frente.

O domínio militar sobre o Oriente Médio e sobre suas reservas de gás e petróleo pode ter tido a finalidade de obter meios para continuar ditando regras unilateralmente no mercado internacional e eventualmente, pode ter sido uma opção obrigatória para a manutenção do *establishment* norte-americano, mas certamente os resultados colaterais provocados por ela não foram previstos.

O primeiro efeito dessa estratégia se fez sentir no ambiente doméstico, pois colocando-se sob a dependência dos militares e da indústria de defesa - que iriam sustentar, respectivamente, com contingentes humanos e com sofisticada tecnologia armamentista essa movimentação monopolizadora no Oriente Médio e

principalmente no Golfo Pérsico - o país transformou-se em refém de um grupo ultra-conservador e belicoso que ascendeu a altas posições em Washington e que, sem demonstrar grandes contemplos para com os ideais formadores do país – democracia e liberdade individual - passou a concentrar no poder executivo medidas cada vez mais centralizadoras.

O fortalecimento de uma direita militarista, anti-democrática, plutocrática e centralizada em um país democrático, liberal e individualista como os Estados Unidos foi providencialmente incentivado pela ação terrorista do 11 de setembro, que forneceu aos neoconservadores o apoio popular de cidadãos aterrorizados com as ameaças contra sua segurança. Para não perder a adesão popular, o sentimento de perigo eminente foi cuidadosamente mantido por meio de propaganda interna do Departamento de Defesa, do *Home Security Office* e da Doutrina Bush até as eleições de 2004, quando os militares se firmaram por mais quatro anos no poder por meio das urnas que reelegeram Bush.

A globalização iniciada na década de 1990 foi, portanto, o veículo que ajudou a expandir a política neo-liberal por todo o mundo e sua ação foi o resultado do colapso da Era de Ouro do capitalismo social-democrata do pós guerra e dos benefícios do *Welfare State*.

Nos Estados Unidos - um país detentor de um parque industrial altamente desenvolvido e que primava por desenvolver tecnologia de informação e de comunicação de ponta - a prática de uma política de 'portas abertas' com objetivos político-estratégicos durante a Guerra Fria, num momento de recessão mundial, irá provocar a inundação do mercado interno com produtos e capitais estrangeiro e arruinar vários setores produtivos da economia nacional.

A manutenção do *reagnomics* irá gradualmente, ao longo de duas décadas, reverter o papel de potência produtiva exercido pelos Estados Unidos e transformá-lo no grande centro consumidor do mundo - seja de bens e serviços, seja de capitais - movimentando toda a economia mundial em função das necessidades de sua população.

Como as contas públicas norte-americanas começaram a apresentar um déficit acentuado que atingiu, por exemplo, a casa de US\$ 8,1 trilhões em janeiro de 2006 e que têm se aproximado demais do PIB de US\$ 11 trilhões - e como a

competitividade e produtividade da indústria e dos serviços nacionais vêm recuando ano a ano - o governo passou a adotar uma série de posições estratégicas para garantir a manutenção desse *status quo*.

Parte dessa estratégia foi a manutenção de bases militares convenientemente hospedadas nos antigos protetorados da Alemanha e Japão, grandes investidores e parceiros comerciais, para que a força como elemento de dissuasão seja utilizada caso os riscos advindos de um endividamento crescente e a uma capacidade produtiva em queda, os motive a levar seus capitais para outros mercados.

Outro recurso, igualmente a ser utilizado como forma de pressão, foi conquistar e manter sob controle militar as reservas energéticas do Oriente Médio – via conflitos com Afeganistão, Iraque e eventualmente Irã, países estrategicamente importantes na geopolítica energética regional e no atendimento à demanda mundial - com a mesma finalidade.

O crescimento descontrolado do endividamento interno e a necessidade de criar estratégias de um militarismo demonstrativo, tanto na luta contra potências menores quanto na manutenção de propaganda domésticas contra ameaças externas difusas, já que não existe mais o risco soviético, levou ao fortalecimento político de uma plutocracia ultra-conservadora que assumiu altos postos no governo e que, interagindo com o Pentágono e com mega-grupos monopolistas da indústria da defesa, tem transformado o aspecto ideológico do país.

Assim, esses militaristas passaram gradualmente a substituir os direitos democráticos, liberais e individualistas - tão caros à população norte-americana - por uma administração centralizadora e autoritária, que não poupa discursos na mídia para assegurar à população que a liberdade é um valor menos importante que a segurança e que se apropria do poder à custa do medo que dissemina.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BACEVICH, Andrew. **American Empire**. London: Harvard University Press, 2002

BEA - Bureau of Economic Analysis. *International Investments Data*. **US Department of Commerce**. Disponível em : www.bea.gov/bea/di/home/iip.htm. Acesso em dez. 2005

_____. *US International Transaction Account Data*. **US Department of Commerce**. Disponível em: <http://www.bea.gov/bea/di/home/iip.htm>. Acesso em: dez. 2005

BEARD, C. **An Economic Interpretation of the Constitution of the United States**, New York: The Free Press, 1986.

BICC – Bonn International Center for Conversion. *BICC Data Base* Last updated: March 2005. Disponível em : <http://www.first.org>. Acesso em: jan. 2006

BPD - *Bureau of the Public Debt*. Disponível em: <http://www.publicdebt.treas.gov/opd/opdint.htm>. Acesso em jan. 2006

CDI – Center of Defense Information. *Military Expenses*. Disponível em: <http://www.cdi.org/issues/usmi/complex/>. Acesso em: dez.2005.

CHOMSKI, Noah. **Hegemony or Survival**. New York: Owl Book, 2005

CIA – **Central Intelligence of America**. Disponível em: <http://www.cia.gov/cia/publications/>. Acesso em: jan.2006.

DoD – **US Department of Defense**. *National Defense Budget Estimates for FY2003* Available at: <http://www.defenselink.mil/>. Acesso em: jan.2006.

FB – *Federal Budget*. Disponível em: <http://www.federalbudget.com>. Acesso em: jan.2006.

FFC - *Financial Forecast Center*. Disponível em: <http://www.forecasts.org/index.htm>. Acesso em: dez..2005.

FIORI, José Luis. **O Consenso de Washington**. Conference apresentada no Centro Cultural do Banco do Brasil em 04 Set. 1996

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2005. 2ª. Edição.

JOHNSON, Chalmers. **The Sorrows of Empire**. New York: Owl Book, 2004

NDAC - National Debt Awareness Center. Atualizado em 08/05/2005.

TODD, Emanuel. **Depois do Império**. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.